

Após Greve, Petrobrás agenda reuniões com FUP e Sindicatos

Fruto da luta da categoria na greve de advertência de 26/03, a gestão da Petrobrás retomou o diálogo com as entidades sindicais, estabelecendo um cronograma de reuniões para a discussão das reivindicações das petroleiras e petroleiros.

A próxima reunião será no dia **15/04** com discussões sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários. No dia **16/04**, a reunião será sobre a AMS, pela manhã, e sobre Diversidade e combate à violência no trabalho, à tarde. No dia **17/04**, a discussão segue com o acompanhamento de ACT e abordará o tema das remunerações variáveis (PLR/ PRD) e também assuntos pertinentes aos contratos de prestadores de serviços. No dia **24/04**, a FUP volta a se reunir com a empresa para discutir Frequência e regime de trabalho e teletrabalho. No dia **25/04** haverá reunião específica para falar sobre SMS e, em maio, será marcada reunião com a Comissão de anistia legal. Além disso, a comissão quadripartite da Petros segue na luta para a solução definitiva dos Peds com a caravana do Fórum.

No cronograma do Sindipetro/MG com a gestão da Petrobrás em Minas, a



próxima reunião de RH e SMS da Regap será, no dia 16/04, dando continuidade à anterior, quando o Sindicato questionou sobre a orientação da empresa para tratamento de ponto. A Gerência afirmou que a orientação corporativa é tratar o ponto de forma a descontar as horas com reflexos. O Sindicato criticou a postura da empresa e reafirmou que a FUP buscará negociar esse ponto nas reuniões com o RH.

Também foi cobrado um plano de ação frente às constantes denúncias de atrasos e não pagamento de verbas trabalhistas por prestadoras de serviço. Entre elas:

VIX: questionado sobre a representação sindical da categoria e não pagamento de reajuste salarial previsto em Convenção Coletiva. Gerência irá averiguar situação com a empresa contratada.

Comando G8: sobre o não pagamento de ajuda de custo e fornecimento de uniformes de baixa qualidade, a Gerência admitiu problemas em relação a verbas trabalhistas e disponibilidade de uniformes, porém, disse que a empresa foi multada e a situação já foi sanada. Quanto à ajuda de custo, a mesma só está prevista para unidades que não possuem disponibilidade de transporte público, como a UTE Juiz de Fora.

Green: questionado sobre tratamento diferenciado entre trabalhadores próprios e terceirizados que utilizam o mesmo transporte, especificamente quanto ao local de embarque/desembarque. Apesar das limitações contratuais, a Gerência se comprometeu a buscar uma alternativa junto à empresa contratada para algumas situações específicas de maior

exposição ao risco.

NitNave e Engemon: informado que situações envolvendo compensação em fins de semana foi negociada com o sindicato que representa a categoria.

FSFX: Gerência informou que a empresa atendeu ao pedido do Sindicato de mudança da jornada 12x36 para uma melhor escala. O Sindicato cobrou a avaliação de medidas semelhantes para outros contratos, que possuem escalas de trabalho exaustivas.

O Sindicato cobrou medidas estruturais para evitar que os problemas persistam. A Gerência se comprometeu a avançar em medidas para melhorar os processos de contratação e fiscalização, para evitar a entrada de empresas que não tenham condições de cumprir com seus compromissos.

Sindicato cobra solução sobre pediatria na AMS

Em nota, a Assistência Multidisciplinar de Saúde – Saúde Petrobrás (AMS) reconhece, conforme denúncia do Sindipetro/MG, que os hospitais do Grupo Mater Dei, estão cobrando de forma particular os honorários médicos nos serviços de pediatria em regime de pronto atendimento. Segundo a AMS, o problema ocorre por decisão unilateral da Unicooper, cooperativa dos médicos pediatras.

“Essa forma de cobrança direta não está de acordo com nosso contrato e estamos trabalhando para regularizar os atendimentos”, diz a nota. Além disso, a AMS afirma não compactuar com reajustes exorbitantes, não amparados por cláusulas contratuais vigentes.

Conforme dito ao Sindicato na reunião do Comitê Local de RH e SMS da Regap e confirmado em contato com a gestão da AMS, enquanto o problema não for resolvido, as cobranças adicionais na emergência pediátrica do Grupo Mater Dei poderão ser ressarcidas integralmente pelo plano, median-

te solicitação de reembolso. Para tanto, é necessário guardar os comprovantes de pagamento e enviar a documentação via portal ou aplicativo da Saúde Petrobrás.

A AMS indica como opções para os atendimentos urgentes em pediatria, na região, o Hospital Belo Horizonte e o Hospital da Criança São José (contagem), que não fazem cobranças adicionais de honorários médicos. O Sindicato entende que a oferta de opções ainda é limitada, diante do desmonte da rede credenciada na última década. Além disso, há também desigualdades quando comparamos com outras regiões metropolitanas, que possuem mais opções de clínicas e hospitais pediátricos. “Reafirmamos o direito dos beneficiários ao reembolso de 100% das cobranças de consultas médicas no Mater Dei e exigimos mais opções de atendimento de emergência pediátrica na rede credenciada da AMS”, reforça o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves.

Zema ataca Aposentados da Cemig



Em greve desde 7 de abril, os trabalhadores eletricitários de Minas Gerais fizeram um ato no dia 8/04, em frente à sede da Cemig em Belo Horizonte.

A luta dos eletricitários é que seja revogada a decisão unilateral de retirada da contribuição da patrocinadora do Plano de Saúde, revisto o reajuste abusivo do plano de 60,5% e que encerre a pressão para que os trabalhadores migrem para planos inferiores. O Sindieletrô/MG também cobra o cumprimento de acordos de mais de 20 anos que estão sendo desrespeitados.

A denúncia dos eletricitários é que a gestão do governador Romeu Zema está desmontando o plano de saúde da categoria com vistas à privatização da Cemig. “A greve é

uma demonstração da resistência contra a adoção de medidas que colocam a vida dos trabalhadores ativos e aposentados em risco e abrem caminho para a privatização de serviços essenciais, afetando os trabalhadores e a população atendida pelo sistema”, diz a nota da entidade.

“Nós passamos por um processo semelhante na Petrobrás, quando tentaram destruir direitos históricos como nosso plano de saúde e previdência, como medidas de preparação para a venda da Regap e outras unidades. Apenas a resistência da categoria e a derrota de projetos políticos de Zema e Bolsonaro podem garantir a proteção do patrimônio dos trabalhadores”, afirma Felipe Pinheiro.